

Projetos acima dos 10 milhões de euros apostam no investimento produtivo, I&D e eficiência energética e energias renováveis

11 de Março, 2021

A grande maioria das empresas (83,9%) têm interesse na realização de investimentos até ao final de 2023, data limite para a execução do Next Generation EU. Esta foi uma das conclusões de um inquérito feito ao tecido empresarial português no âmbito da consulta pública ao Plano de Recuperação e Resiliência, desenvolvido pela FI Group, em parceria com a LLYC. Responderam ao inquérito 168 entidades das diferentes regiões do país.

Quanto à tipologia dos projetos e respetivo investimento, nos planos de investimento até 1 milhão de euros destacam-se as áreas de qualidade, formação e qualidade profissional e internacionalização. Os investimentos entre 1 e 5 milhões de euros têm especial relevância nas áreas de investimento produtivo, projetos de investigação e desenvolvimento e digitalização. Os maiores investimentos, com valores superiores a 10 milhões de euros promovem, sobretudo, projetos nas áreas do investimento produtivo, I&D, eficiência energética e energias renováveis, revela o inquérito.

Para o diretor-geral da FI Group, Paulo Reis, “o elevado interesse demonstrado pelas empresas que operam em Portugal é revelador do efeito de arrastamento que temos a oportunidade de potenciar com o incentivo à criação de novas capacidades produtivas. Tanto os projetos com menor financiamento, como os que exigem valores de apoio maiores são, neste momento, decisivos para as empresas portuguesas. Os primeiros podem contribuir para alavancar capacidades internas de muitas empresas com dependência ao nível do capital humano e atividades comerciais e marketing, ao passo que os projetos de I&D e de aquisição de novas capacidades produtivas implicam custos de aquisição dos meios técnicos e humanos associados muito elevados”.

Segundo os dados do inquérito, partilhados à imprensa, os setores de atividade com maior peso na amostra deste estudo e com maior interesse na captação dos fundos que resultam do PRR são a Indústria transformadora (44,6%) e as atividades de consultoria científica e técnica (19%). Aproximadamente duas em cada três são PME e 70,2% têm ligação ao comércio externo por via da importação e/ou exportação, tendo ainda uma expressão significativa as empresas que atuam ao nível do mercado interno, fortemente abalado pelo atual contexto pandémico.

Ao nível do histórico no recurso aos fundos europeus, cerca de metade das empresas inquiridas (51,2%) afirma ter recorrido ao PT2020, existindo um novo segmento de empresas, cujas atividades estão significativamente condicionadas pelo impacto da Covid-19, que apresenta necessidades de apoio.

O inquérito da FI Group reúne ainda contributos das empresas relativamente ao PRR, sendo que “apenas uma em cada cinco empresas considera que a alocação de subvenções para financiamento do investimento empresarial privado se apresenta suficiente”. As empresas referiram também a necessidade “de uma revisão da política fiscal nacional” e “de uma maior flexibilidade em termos de legislação laboral, licenças, menos burocracia e mais rápidas decisões dos vários organismos públicos”, segundo o inquérito.

A necessidade de recapitalização das empresas pós-pandemia, a internacionalização da economia e o setor do turismo, maior atividade económica exportadora do país, não são devidamente considerados no plano, lê-se no comunicado da FI Group. Por outro lado, a empresa destaca que “o foco que é dado à capacitação do sistema científico e a ligação entre o sistema académico, científico e tecnológico e o tecido empresarial português, considerando que é importante reforçar as verbas para uma efetiva cooperação que contribua para o desenvolvimento de uma indústria forte e baseada no conhecimento, fundamental para a recuperação económica”.